



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO

## GABINETE DO VEREADOR MAX BILL

Sr. Presidente:

Requeiro que, após observadas as formalidades regimentais, seja incluído na pauta dos trabalhos dessa casa Legislativa, **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA**, o qual dispõe o seguinte:

### **Altera dispositivos da Lei nº 4.611, de 2017.**

**Art. 1º** Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 4.611, de 2017, para aprimorar sua aplicabilidade e assegurar maior eficiência na execução de suas disposições.

**Art. 2º** O artigo 3º da Lei nº 4.611, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 3º - O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) será constituído por membros titulares e suplentes, indicados dentre os órgãos representativos da **sociedade civil** e do poder público, com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico do Município, levando em conta a cadeia de turismo, os quais serão nomeados pelo chefe do executivo.*

**Art. 3º** O novo artigo 3º da Lei nº 4.611, de 2017, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

*§ 1º As entidades representativas da sociedade civil deverão possuir pelo menos 1 (um) ano de atividades ou prestação de serviços de interesse turístico, e estar legalmente constituídas, com CNPJ, Contrato Social, Ata de Fundação, Estatuto, Diretoria eleita e demais documentos que comprovem sua existência e legalidade.*

*§ 2º As entidades assumirão total responsabilidade pelos atos dos representantes por elas indicados.*

*§ 3º Caso não haja uma entidade com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico que possa representar determinada localidade, poderá a referida cadeira permanente ser ocupada por outra entidade, até que haja uma específica, como se determina.*

**Art. 4º** O Caput do artigo 4º da Lei nº 4.611, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) será composto por 26 (vinte e seis) membros permanentes. ”*

**Art. 5º** O § 3º do artigo 4º da Lei nº 4.611, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

*§ 3º As cadeiras permanentes são as seguintes:*

*I - 06 (seis) do Poder Executivo, sendo obrigatória a participação da Secretaria Municipal de Turismo*

*II - 01 (um) da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Friburgo*

*III - 01 (um) da Associação de Guias de Turismo de Nova Friburgo (ASCIGTUR)*

*IV - 01 (um) do Nova Friburgo Convention & Visitors Bureau (NFRCVB)*



**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO**

*V - 01 (um) da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Nova Friburgo (ACIANF)*

*VI - 01 (uma) entidade/instituição local representativa do Turismo em Amparo*

*VII - 01 (uma) entidade/instituição local representativa do Turismo em Lumiar*

*VIII - 01 (uma) entidade/instituição local representativa do Turismo em São Pedro da Serra*

*IX - 01 (uma) entidade/instituição local representativa do Turismo no circuito Tere-Fri*

*X - 01 (um) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)*

*XI - 01 (um) do Sindicato do Vestuário de Nova Friburgo (SINDVEST)*

*XII - 01 (um) do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Nova Friburgo (SHRBSNF)*

*XIII - 01 (um) da Associação das Colônias de Nova Friburgo (ASCOFRI)*

*XIV - 01 (um) da Comissão de Turismo da OAB*

*XV - 01 (um) do Serviço Social do Comércio (SESC)*

*XVI - 01 (um) do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)*

*XVII - 01 (um) do Sindicato de Comércio Varejista de Nova Friburgo (SINCOMÉRCIO)*

*XVIII - 01 (um) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) – Campus Nova Friburgo*

*XIX - 01 (um) do Centro Excursionista Friburguense (CEF)*

*XX - 01 (um) do Instituto Fribourg – Nova Friburgo*

*XXI - 01 (um) do Polo Gastronômico e Cervejeiro de Nova Friburgo*

**Art. 6º** Ficam excluídos os parágrafos 4º, 10 e 11 do artigo 4º da Lei nº 4.611, de 2017.

**Art. 7º** Ficam renumerados os parágrafos do artigo 4º da Lei nº 4.611, de 2017 a partir do § 5º, que passa a ser § 4º.

**Art. 8º** O § 4º (antigo § 5º) do artigo 4º da Lei nº 4.611, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**§ 4º** O COMTUR, em sessão especial, terá sua diretoria eleita dentre seus membros, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, com a composição abaixo discriminada:

- a) 01 (um) Presidente: **representante da Sociedade Civil** eleito entre os conselheiros titulares e suplentes;
- b) 01 (um) Vice-Presidente: **representante da Secretaria Municipal de Turismo, devendo ser o Secretário Municipal de Turismo ou representante por este indicado;**
- c) 01 (um) Secretário Executivo: **cedido pela Secretaria Municipal de Turismo ou órgão equivalente.**



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO

**Art. 9º** O § 8º (antigo § 9º) do artigo 4º da Lei nº 4.611, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

***§ 8º** As funções exercidas pelos membros do COMTUR são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas, com exceção da função de Secretário Executivo, que poderá, quando servidor da Secretaria Municipal de Turismo e a critério da chefia imediata, perceber gratificação em virtude dos serviços prestados, concomitantemente, à Secretaria Municipal de Turismo e ao Conselho Municipal de Turismo.*

**Art. 10º** Fica incluído um novo § 9º no artigo 4º da Lei nº 4.611, de 2017, com a seguinte redação:

***§ 9º.** A cada 2 (dois) anos, terão direito a se candidatar à Presidência todos os membros titulares e suplentes, representantes da Sociedade Civil.*

**Art. 11º** O Caput do artigo 7º da Lei nº 4.611, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 7º -** O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) tem como uma de suas funções, promover **Conferências Municipais de Turismo** como espaço máximo de debates e encaminhamentos das diretrizes na formulação de políticas públicas de turismo.*

**Art. 12º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 13º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nestes Termos,  
Pede deferimento.

Nova Friburgo, em 26 de maio de 2025.

**MAX BILL**  
**Vereador – MDB**



**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO**

### **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição visa corrigir lacunas na Lei nº 4.611/2017, assegurando sua melhor aplicação e adaptando-a às novas necessidades do Conselho Municipal de Turismo. As alterações propostas foram elaboradas com base em estudos técnicos e consultas dentre os membros, garantindo maior segurança jurídica e eficiência no cumprimento da legislação vigente.

**MAX BILL**

**Vereador – MDB**